

Ibope vai questionar a constitucionalidade da lei se limites forem aprovados

Montenegro: 'É coisa de político pequeno, que perde eleição e fica pondo a culpa nas pesquisas'

• Os institutos reagiram mal às iniciativas da CCJ do Senado de restringir a divulgação de pesquisas eleitorais. O diretor-executivo do Ibope, Carlos Augusto Montenegro, disse ontem que, se as restrições forem aprovadas em plenário, o instituto vai imediatamente questionar a constitucionalidade da lei eleitoral. Montenegro atribuiu aos "políticos pequenos, que têm medo de pesquisa", as iniciativas de limitar o trabalho dos institutos. Segundo ele, ao impor restrições, a lei eleitoral fere o princípio constitucional da liberdade de expressão e de informação:

— É coisa de político pequeno, que perde eleição e, em vez de admitir que o adversário fez uma campanha melhor ou que o eleitor preferiu outro, fica pondo a culpa nas pesquisas.

Para Montenegro, a atitude beira o abuso de poder econômico.

— Eles querem comprar a informação e impedir que os outros saibam — disse Montenegro.

Diretor do Gerp diz que divulgação de resultado de pesquisa não decide eleição

Para o diretor da Área Técnica do Gerp, Otávio Schilthz, ao limitar a um grupo o conhecimento do resultado das pesquisas, a lei estará restringindo a liberdade de informação:

— Os institutos deixam à disposição dos partidos as pesquisas, com metodologia e simulações, mas quase nunca os partidos se interessam.

Segundo o diretor do Gerp, os políticos erram ao acharem que a divulgação de pesquisas influencia os eleitores.

— Se pesquisa decidisse eleição, César Maia não teria passado para o segundo turno no Rio em 1992 no lugar de Cidinha Campos — disse Otávio. ■